



Canal Energia – 13 Nov 2003

Agentes temem falta de debate caso novo modelo ganhe a forma de MP **Debate sobre pontos da reforma setorial seria comprometido caso governo adote este caminho, avaliam executivos**

Oldon Machado, de São Paulo, Mercado Livre

A possibilidade de a proposta final de novo modelo para o setor elétrico entrar no Congresso Nacional sob a forma de Medida Provisória está antecipando futuras críticas dos agentes. Embora o governo ainda não tenha confirmado o formato do pacote de reforma setorial, executivos do setor se mostram apreensivos com efeitos negativos caso a alternativa seja adotada. Entre eles está o encurtamento das discussões.

O principal temor demonstrado é que o processo de debates e negociações na Câmara e no Senado, em torno das mudanças pretendidas, seja preterido pela urgência de uma aprovação rápida. "São estratégias de governo, que vão depender de vontade política. Mas é claro que uma MP pode cortar as discussões no meio, e isso é perigoso", afirma Eric Westberg, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia (Apine).

O presidente da Alstom do Brasil e vice da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), José Luiz Alqueres, afirmou que a edição de MPs sobre um processo de reformulação na área de energia elétrica seria algo extremamente negativo para o próprio futuro do setor, que hoje está sendo traçado. Segundo ele, o debate entre os parlamentares precisa ser bem construído, sem prazos pré-definidos.

"Já ouvi que há uma tendência de que pelo menos alguns pontos do pacote de reforma sejam apresentados através de MP, o que fatalmente vai travar as discussões em torno de uma matéria crucial para o desenvolvimento país. Isso é o que menos o setor está precisando no momento", afirma Alqueres, observando como um dado positivo a série de debates realizados entre os agentes e a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Na avaliação do diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Cemig (MG), Flávio Decat, os parlamentares terão que dispor de tempo suficiente para que todos os pontos inseridos no modelo passem por um amplo processo de discussão, quadro que, segundo ele, seria melhor construído com o envio de Projeto de Lei.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, é taxativo. "Se o modelo quiser realmente atrair investidores privados para o setor, é absolutamente indispensável que haja uma discussão aberta. No entanto, já estamos em novembro, e até agora não se sabe o que vai acontecer de fato", aponta o executivo, lembrando que de acordo com estudo recente, dois terços dos R\$ 15 bilhões necessários por ano para a expansão do sistema (ou R\$ 10 bilhões) são esperados do setor privado.